



PARECER ÚNICO 79/2015 Nº 0898898/2015 (SIAM)

INDEXADO AO PROCESSO: Licenciamento Ambiental	PA COPAM: 06646/2006/001/2013	SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento
FASE DO LICENCIAMENTO: Licença de Operação Corretiva – LOC		VALIDADE DA LICENÇA: 06 anos

PROCESSOS VINCULADOS CONCLUÍDOS:	PA COPAM:	SITUAÇÃO:
Outorga	01704/2013	Cadastro de uso insignificante
Reserva Legal	09561/2013	Cadastro Ambiental Rural Entregue

EMPREENDEDOR: Desmontex Explosivos Ltda	CNPJ: 05.456.739/0001-26	
EMPREENDIMENTO: Desmontex Explosivos Ltda	CNPJ: 05.456.739/0001-26	
MUNICÍPIO: Papagaios	ZONA: Rural	
COORDENADAS GEOGRÁFICA (SAD 69): LAT/Y 19º 28' 32.29" LONG/X 44º 43' 14.99"		
LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: <input type="checkbox"/> INTEGRAL <input type="checkbox"/> ZONA DE AMORTECIMENTO <input type="checkbox"/> USO SUSTENTÁVEL <input checked="" type="checkbox"/> NÃO		
NOME:		
BACIA FEDERAL: Rio São Francisco	BACIA ESTADUAL: Rio Paraopebas	
UPGRH:	SUB-BACIA: Córrego Pontinha e o Córrego Barreiro Preto.	
CÓDIGO: C-04-07-3	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 74/04): Fabricação de explosivos, detonantes, munição para caça e desporto e fósforo de segurança	CLASSE: 3
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO: Marcelo Augusto Sales Matos	REGISTRO/ART CREA-MG 80518/14201300000000932393	
RELATÓRIO DE VISTORIA: 124049/2013		DATA: 18/06/2013

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MATRÍCULA	ASSINATURA
Elaine Cristina Campos – Analista Ambiental (Gestora)	1197557-0	
Rodrigo da Costa Val – Analista Ambiental	1148246-0	
Constança S. Varela de O.M. Carneiro – Analista Ambiental de Formação Jurídica	1.344.812-1	
De acordo: Maíra Mariz Carvalho – Diretora Regional de Apoio Técnico	1364287-1	
De acordo: Rafael Cordeiro de Lima Mori – Diretor de Controle Processual	1132467-7	



1. Introdução

O presente parecer único tem por finalidade subsidiar a análise do processo administrativo 06646/2006/001/2013 de requerimento de Licença de Operação em caráter Corretivo para o empreendimento Desmontex Explosivos Ltda situado à Fazenda Lajinha S/N, Zona Rural do município de Papagaios/MG.

O empreendimento exerce desde 08 de junho de 2009 a atividade enquadrada no código C-04-07-3 de fabricação de explosivos, detonantes, munição para caça e desporto e fósforo de segurança, classe 3, conforme Deliberação Normativa 74/2004.

Em 06 de fevereiro de 2013 o empreendedor formalizou o presente processo entregando os estudos Relatório de Controle Ambiental RCA e Plano de Controle Ambiental PCA ambos elaborados sob responsabilidade do Engenheiro de Minas Sr. Marcelo Augusto Sales Matos Registro CREA-MG 80518.

Houve vistoria no empreendimento em 18 de junho de 2013 gerando o Auto de Fiscalização 124049/2013. Em 25 de junho de 2013 e em 12 de agosto de 2015 foram solicitadas informações complementares para análise do processo e que foram entregues pelo empreendedor em 23 de dezembro de 2013 documento R0468839/2013 e em e em 28 de agosto de 2015 documento R0456544/2015, respectivamente.

Em função da operação do empreendimento sem a devida regularização ambiental prévia, o mesmo foi autuado através do Auto de Infração 037042/2015, com a devida suspensão das atividades.

2. Caracterização do Empreendimento

O empreendimento exerce suas atividades de fabricação de explosivos do tipo ANFO para uso em atividades minerárias, em Zona Rural do município de Papagaios na Fazenda Lajinha em terreno com área total de 86.000 m² e área útil de 368,94 m². A residência mais próxima à área do empreendimento se dá a 507 m do limite da propriedade, reduzindo assim o risco de impacto pela atividade.

A seguir na Figura 01 e 02 são apresentadas tanto a vista aérea da área do empreendimento quanto a planta de situação do mesmo, respectivamente.

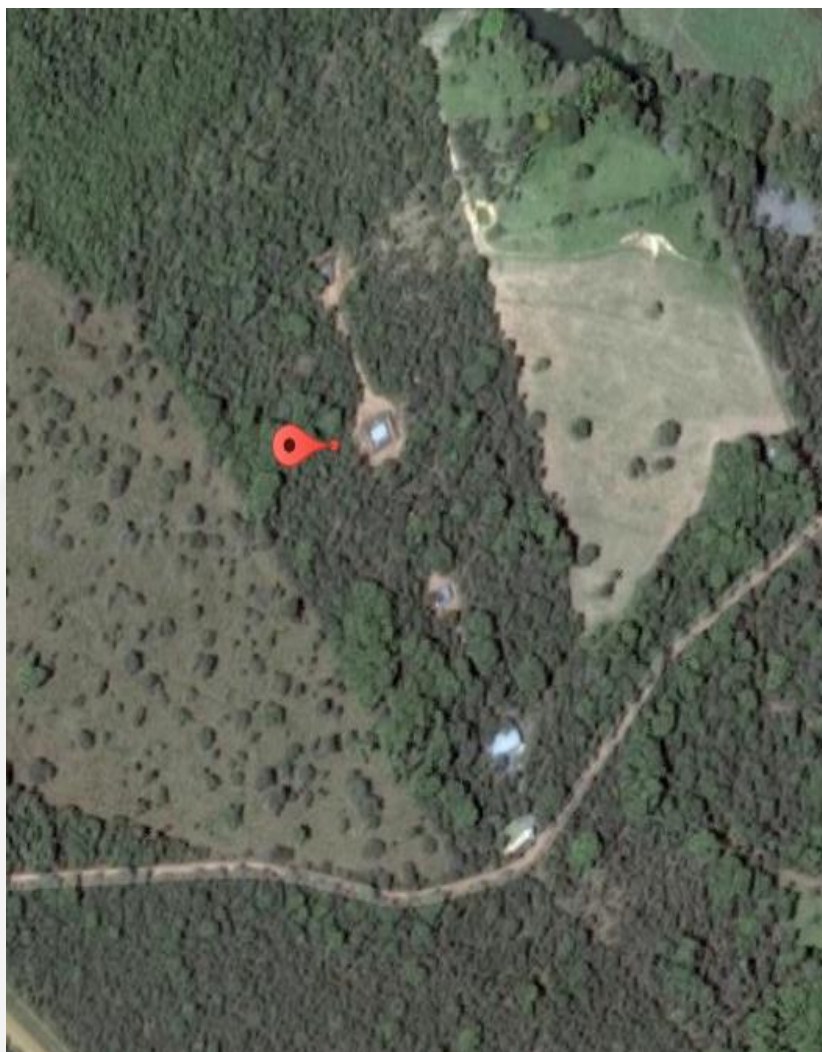


Figura 01 – Vista geral do empreendimento. Fonte: Google Earth, 2015.

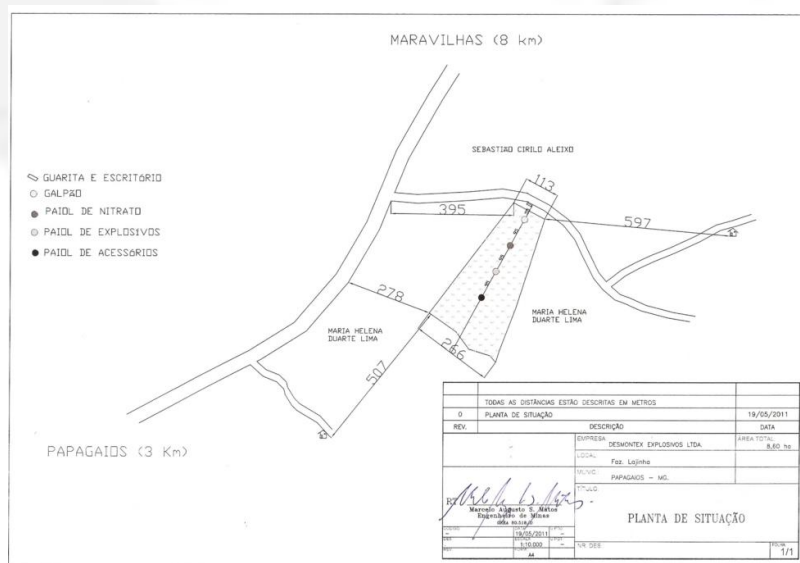


Figura 02 – Planta de situação do empreendimento. Fonte: RCA, 2013.



A capacidade nominal instalada do empreendimento é de 34.000 Kg, sendo que a produção média atual é de 5.544 Kg/mês.

Trabalham no local o número total de 5 funcionários para atender as necessidades de operação do mesmo, sendo somente 2 na produção. O regime de operação na área é de 8 horas/dias durante 22 dias/mês.

O empreendimento é composto de escritório e galpões de produção, armazenamento de matérias primas e produtos acabados, sendo cada um desses isolados, distantes e totalmente controlados com cercas elétricas e câmeras para controle do material.

A água utilizada no empreendimento é apenas para consumo humano e é captada em cisterna cujo consumo de exploração é de 1.5 m³/dia conforme Certidão de Dispensa de Uso de Água Nº 245760/2013 válida até 14 de março de 2016.

A energia elétrica utilizada no empreendimento é fornecida pela concessionária CEMIG com consumo médio mensal de 216,33 kWh.

Tendo em vista o risco das atividades exercidas pelo empreendimento foram apresentados em conjunto com os estudos apresentados o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, o Plano de Atendimento à Emergências e o Levantamento Ambiental da área, todos elaborados pelo responsável técnico Sr. Ricardo Terra engenheiro civil especialista em engenharia de segurança do trabalho, Registro CREA-MG 03255 ART Nº14201200000000670822.

Ressalta-se que o empreendimento possui o Auto de Vistoria Final do Corpo de Bombeiros – AVCB válido até 24 de janeiro de 2018.

Os principais equipamentos utilizados na produção do empreendimento são uma betoneira com capacidade nominal de 66.000kg/mês e um shut com capacidade nominal de 100.000Kg/mês.

As matérias primas utilizadas são o nitrato de amônio (consumo máximo de 66.000 Kg/mês), óleo diesel adquirido em contêiner plástico (consumo máximo de 4.600 Kg/mês) e embalagens plásticas (consumo máximo de 2.640 Kg/mês).

O processo produtivo é composto basicamente de uma etapa de mistura na betoneira e acondicionamento em sacos plásticos de 25 kg para a devida comercialização em atividades minerárias. A proporção de mistura é de 100 Kg de nitrato de amônio para cada 7 Kg de óleo diesel.

3. Caracterização Ambiental

De acordo com o relatório de restrição ambiental disponível no site <http://geosisemanet.meioambiente.mg.gov.br/> tendo como base as coordenadas 19° 28' 32.29" e 44° 43' 14.99", anexado aos autos da pasta do referido processo administrativo, a área pretendida para



o empreendimento não se encontra no interior e nem na zona de amortecimento de nenhuma Unidade de Proteção Ambiental, conforme pode ser verificado na Figura 03 abaixo.

Relatório Indicativo de Restrição Ambiental

Data de emissão: 13/8/2015

Coordenada em Longitude/Latitude (SAD69): -44.7208, -19.4756

1 - Restrição Ambiental

Municípios

Nome
Papagalos

Relação de Unidade de Conservação distante até 10 Km

Descrição	Tipo	Uso	Administração	Distância (m)
Estação Ecológica Paraopeba	ESEC	USO SUSTENTÁVEL	Federal	48829.32

Figura 03 - Relatório indicativo para unidade de conservação.

Fonte: <http://geosisemanet.meioambiente.mg.gov.br/>, 2015.

A consulta ao Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE, utilizando-se as mesmas coordenadas do empreendimento, apresentou o seguinte panorama (Figura 04):

2 - Áreas Prioritárias para Proteção à Biodiversidade

Avifauna

Categoria
Baixa

Herpetofauna

Categoria
Média

Ictiofauna

Categoria
Baixa

Invertebrados

Categoria
Baixa

Mastofauna

Categoria
Baixa

Mapeamento 2009

Categoria
Cerrado
Outros

Vulnerabilidade Natural

Categoria
Baixa

Figura 04: Relatório do Zoneamento Ecológico Econômico.

Fonte: <http://geosisemanet.meioambiente.mg.gov.br/>

Como pode ser verificada acima, a vulnerabilidade natural da área é considerada baixa. Desta forma, verifica-se que a área escolhida para operação do empreendimento deve ser cuidadosamente preservada pelo empreendedor tendo em vista se manter o nível de conservação e preservação da área e das áreas de preservação da biodiversidade. Portanto, ressalta-se que todos os cuidados e medidas mitigadoras e de controle deverão ser mantidos pelo empreendedor para que o mesmo não promova danos à área.



3.1. Relevo

O empreendimento situa-se dentro da chamada Depressão São Franciscana, o relevo do município de Papagaios é do tipo ondulado, as altitudes da área variam de 600 a 900m.

3.2. Vegetação

A área está inserida numa região de transição entre os biomas denominados floresta atlântica e cerrado, e o município de Papagaios está inserido no bioma original denominado cerrado.

Na área de influência do empreendimento a cobertura vegetal já se apresenta bastante descaracterizada, devido às atividades antrópicas. O conjunto vegetacional pertencente ao Complexo do Cerrado apresenta-se, em alguns locais, em processo de degradação. A vegetação secundária, capoeira, encontra-se em fase de regeneração, apresentando várias espécies do cerrado. Em outros locais podem ser observadas formações vegetais mais densas, que se caracterizam como cerrado propriamente dito e cerradão. Remanescentes florestais de mata ciliar encontram-se mais preservados, em alguns locais, e descaracterizados em outros.

3.3. Fauna

No levantamento da cobertura vegetal observa-se que, no local do empreendimento, a vegetação apresenta-se com modificações significativas provocadas pela interferência humana. Essas formações vegetais, bastante alteradas, indicam que as condições ambientais são desfavoráveis para o estabelecimento de uma fauna variada. Considerando esses fatores, pode-se inferir que a fauna primitiva encontra-se bem descaracterizada e confinada às áreas naturais remanescentes.

4. Utilização e Intervenção em Recursos Hídricos

O uso de recursos hídricos é feito através de captação em cisterna cujo consumo de exploração é de 1.5 m³/dia conforme Certidão de Dispensa de Uso de Água Nº 245760/2013 válida até 14 de março de 2016.

5. Autorização para Intervenção Ambiental (AIA)

Não se aplica.

6. Reserva Legal / Cadastro Ambiental Rural – CAR

Quando da formalização do presente processo de regularização ambiental foi formalizado o processo 09561/2013 de regularização de área de reserva legal. No entanto, com o novo Código Florestal Lei 12.651/2012 a obrigatoriedade da averbação desta área no Registro de Imóveis deixou de ser exigida e atualmente o que é apresentado é o Cadastro Ambiental Rural - CAR. Foi apresentada a inscrição no CAR deste imóvel com o número controle do CAR: 276035 emitido em 15 de junho de 2015.

7. Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras



Os impactos gerados pela atividade do empreendimento se concentram basicamente naqueles referentes aos resíduos sólidos, efluentes líquidos sanitários e ruídos, sendo os desprezíveis os impactos de emissões atmosféricas, armazenamento de óleos e impactos no solo.

Resíduos Sólidos – Os resíduos sólidos gerados são basicamente aqueles compreendidos por resíduos domésticos e embalagens plásticas vazias (sacos) limpas descartadas. Esses resíduos são destinados para o Centro de Triagem e Compostagem do município de Papagaios que opera via Autorização Ambiental de Funcionamento – AAF nº 00265/2011 vencida em 11 de fevereiro de 2015, não tendo sido realizada a renovação ou obtenção de nova AAF até a presente data. Cientes da irregularidade do município de Papagaios em receber tais resíduos, empreendedor foi convocado a apresentar alternativa para destinação dos seus resíduos. Tal alternativa será condicionante do presente parecer único.

Efluentes Líquidos – Os efluentes líquidos gerados no empreendimento são compostos basicamente pelos efluentes líquidos sanitários, tendo em vista que no processo produtivo não é inserido água em nenhum momento.

Os efluentes líquidos sanitários gerados são compostos pelos banheiros e cozinha do escritório e os mesmos são tratados por sistema de fossa séptica, filtro anaeróbico e sumidouro conforme projeto constante nos autos do processo que relata a capacidade de atendimento para um número de 7 usuários, notadamente, dimensionado para atender a quantidade de pessoas que trabalham no empreendimento. Para ter a seguridade da eficiência do sistema foi realizado o monitoramento em 21/08/2015 dos parâmetros: DBO, DQO, pH, óleos e graxas, ABS, sólidos totais e sedimentáveis, tendo sido demonstrado o atendimento aos parâmetros previstos na Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH Nº 01/2008.

As águas pluviais geradas são direcionadas por declividade do próprio terreno em função e por infiltração já que apenas as áreas dos galpões e escritório são impermeabilizadas.

Ruídos – Os níveis de ruídos gerados são basicamente os provenientes da operação da betoneira que não opera em tempo integral e mesmo assim os níveis são irrisórios.

Emissões Atmosféricas - Não se aplica ao empreendimento já que o empreendimento não gera emissões em suas atividades.

Solo - A atividade é praticada em áreas de pastagens e de cerrado em regeneração, além de afetar áreas já degradadas. Não há neste local outro tipo de cultura. Ressalta-se que o solo oriundo da decomposição da ardósia e do estéril contém argila em grande quantidade, sendo suscetível à erosão e pouco adequado para a agricultura e relativamente adequado para pastagens. Dessa forma, a implantação do empreendimento afetou de maneira pouco significativa a área.

Armazenamento de óleo diesel - O óleo diesel é matéria prima para a produção de ANFO. Inerente à atividade, o armazenamento de óleo é feito em duas bombonas de 1000 litros cada. Possuem



tanque de contenção ao redor com capacidade para 4000 litros. Este tanque é impermeável e tem a finalidade de evitar que qualquer derramamento possa contaminar o solo.

8. Compensações

O empreendimento **DESMONTEX EXPLOSIVOS LTDA** não é passível de incidência da Compensação Ambiental, nos termos da Lei Nº. 9.985, de 18 de julho de 2000 e do Decreto 45.175, de 17 de setembro de 2009, considerando que: a) a implantação do empreendimento não caracteriza situação de significativo impacto ambiental bem como a devida a operação regular do empreendimento não causará significativo impacto ambiental no local de implantação e em seus arredores; b) a operação regular do empreendimento contém todas as medidas mitigadoras e de controle ambiental exigíveis para minimizar todos os possíveis impactos ambientais causados pela atividade do empreendimento.

9. Controle Processual

Trata-se de processo administrativo com requerimento de Licença de Operação Corretiva do empreendimento Desmontex Explosivos LTDA, localizado na área rural do Município de Papagaios/MG.

Destaca-se que em razão do início das atividades sem a devida licença ambiental foi lavrado Auto de Infração n.º 037042/2015.

O empreendimento está classificado como classe 3 e executará a atividade prevista no código C-04-07-3, prevista na Deliberação Normativa COPAM n.º74/2004, sendo esta descrita como "*Fabricação de explosivos, detonantes, munição para caça e desporto e fósforo de segurança*".

O processo encontra-se devidamente formalizado e instruído com a documentação exigida no Formulário de Orientações Básicas, destacando-se o AVCB com validade até 24/01/2018, bem como o Título de Registro da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados emitido pelo Ministério da Defesa com validade até 01/12/2015.

Verifica-se que foi dada a devida publicidade ao pedido de licenciamento ambiental nos termos da resolução CONAMA nº 6/1986 e DN COPAM nº 13/95 por meio de publicação em jornal de grande circulação e no Diário Oficial.

Os estudos ambientais apresentados (Termos de referência para elaboração de PCA/RCA) foram acompanhados das respectivas anotações de responsabilidade técnica – ART - de seu elaborador junto ao CREA/MG.

O empreendedor apresentou comprovante de inscrição no Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras.



Fora emitida Certidão Negativa de Débito Ambiental n.º 0809423/15 que atesta que o empreendedor não possui qualquer débito decorrente de aplicação de multas por infringência à legislação ambiental.

O empreendimento faz uso de recursos hídricos para fins de consumo humano, sendo considerado como insignificante, conforme Certidão de Registro de Uso da Água constante nos autos (Processo de Cadastro 1704/2013) válida até 14 de Março de 2016.

Não haverá necessidade de supressão de vegetação ou intervenção florestal, motivo pelo qual não há que se falar em compensação ambiental.

Quanto aos custos indenizatórios de análise do licenciamento ambiental deve-se registrar que a empresa deverá recolher o valor a ser definido por meio de planilha de custos, até a data da Reunião da Unidade Regional Colegiada – URC – conforme determina art. 5º, da DN n.º. 74/2004.

A análise técnica concluiu pela concessão da licença, estabelecendo as condicionantes a serem observadas pelo empreendedor no Anexo I, bem como o Programa de Automonitoramento, previsto no Anexo II.

Diante do exposto opinamos pela concessão da licença nos termos deste parecer, ressaltando que o prazo de validade deverá ser de 06 (seis) anos.

Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção pelo requerente de outras licenças legalmente exigíveis, devendo tal observação constar no certificado de licenciamento ambiental a ser emitido.

Em caso de descumprimento das condicionantes e/ou qualquer alteração, modificação, ampliação realizada sem comunicar ao órgão licenciador, torna o empreendimento passível de autuação.

Na forma da lei ambiental devem ser adotadas pelo empreendedor as medidas mitigadoras e as condicionantes sugeridas pela SUPRAM.

10. Conclusão

A equipe interdisciplinar da Supram Central Metropolitana sugere o **deferimento** desta Licença Ambiental na fase de Licença de Operação em caráter corretivo, para o empreendimento **Desmontex Explosivos Ltda** para a atividade de “**Fabricação de explosivos, detonantes, munição para caça e desporto e fósforo de segurança – do Tipo ANFO**”, no município de Papagaios, MG, pelo **prazo de 06 anos**, vinculada ao cumprimento das condicionantes e programas propostos.

As orientações descritas em estudos, e as recomendações técnicas e jurídicas descritas neste parecer, através das condicionantes listadas em Anexo, devem ser apreciadas pela Unidade Regional Colegiada do Copam Rio Paraopebas.



Oportuno advertir ao empreendedor que o descumprimento de todas ou quaisquer condicionantes previstas ao final deste parecer único (Anexo I) e qualquer alteração, modificação e ampliação sem a devida e prévia comunicação a Supram Central Metropolitana, tornam o empreendimento em questão passível de autuação.

Cabe esclarecer que a Superintendência Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana, não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais apresentados nesta licença, sendo a elaboração, instalação e operação, assim como a comprovação quanto a eficiência destes de inteira responsabilidade da(s) empresa(s) responsável(is) e/ou seu(s) responsável(is) técnico(s).

Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de outras licenças legalmente exigíveis. Opina-se que a observação acima conste do certificado de licenciamento a ser emitido.

11. Anexos

Anexo I. Condicionantes para Licença de Operação Corretiva (LOC)

Anexo II. Programa de Automonitoramento da Licença de Operação Corretiva (LOC)



ANEXO I
Condicionantes para Licença de Operação Corretiva (LOC)
Desmontex Explosivos Ltda

Empreendedor: Desmontex Explosivos Ltda
Empreendimento: Desmontex Explosivos
CNPJ: 05.456.739/0001-26
Município: Papagaios
Atividade: Fabricação de explosivos, detonantes, munição, para caça e desportos e fósforo de segurança – Tipo Anfo
Código DN 74/04: C-04-07-3
Processo: 06646/2006/001/2013
Validade: 04 anos

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II.	Durante a vigência de Licença de Operação Corretiva
02	Destinar os resíduos sólidos exclusivamente para empresas devidamente licenciadas.	Durante a vigência de Licença de Operação Corretiva
03	Enviar cópia de Título de Registro do Ministério de defesa a cada atualização.	Durante a vigência de Licença de Operação Corretiva
04	Realizar a renovação da certidão de dispensa de uso de água quando do vencimento da mesma.	Durante a vigência de Licença de Operação Corretiva
05	Apresentar a regularização ambiental para o Transporte de Produtos Perigosos para o transporte dos produtos.	20 dias.
06	Apresentar regularização ambiental do empreendimento ou município que receberá os resíduos do empreendimento.	30 dias.

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

Obs. Eventuais pedidos de alteração nos prazos de cumprimento das condicionantes estabelecidas nos anexos deste parecer poderão ser resolvidos junto à própria Supram, mediante análise técnica e jurídica, desde que não altere o seu mérito/conteúdo.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença de Operação Corretiva (LOC) Desmontex Explosivos Ltda

Empreendedor: Desmontex Explosivos Ltda
Empreendimento: Desmontex Explosivos
CNPJ: 05.456.739/0001-26
Município: Papagaios
Atividade: Fabricação de explosivos, detonantes, munição, para caça e desportos e fósforo de segurança – Tipo Anfo
Código DN 74/04: C-04-07-3
Processo: 06646/2006/001/2013
Validade: 04 anos

1. Efluentes Líquidos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Entrada da Fossa e Saída do Filtro do sistema de tratamento de efluentes sanitários	pH, DBO, DQO, Sólidos sedimentáveis, sólidos em suspensão, óleos e graxas, ABS, temperatura, vazão.	<u>Semestral</u>

Relatórios: Enviar semestralmente a Supram-CM os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá ser de laboratórios em conformidade com a DN COPAM n.º 167/2011 e deve conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados nas análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no Standard Methods for Examination of Water and Wastewater, APHA-AWWA, última edição.

2. Resíduos Sólidos e Oleosos

Enviar semestralmente a Supram-CM, os relatórios de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo os dados do modelo abaixo, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final			Obs. (**)
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 (*)	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma (*)	Empresa responsável		
							Razão social	Endereço completo	

(*) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(**) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial



- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

Em caso de alterações na forma de disposição final de resíduos, a empresa deverá comunicar previamente à Supram-CM, para verificação da necessidade de licenciamento específico.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Fica proibida a destinação dos resíduos Classe I, considerados como Resíduos Perigosos segundo a NBR 10.004/04, em lixões, bota-fora e/ou aterros sanitários, devendo o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente.

Comprovar a destinação adequada dos resíduos sólidos de construção civil que deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções CONAMA n.º 307/2002 e 348/2004.

As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos, que poderão ser solicitadas a qualquer momento para fins de fiscalização, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.

IMPORTANTE

- Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-CM, face ao desempenho apresentado;
- A comprovação do atendimento aos itens deste programa deverá estar acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pelo(s) responsável(eis) técnico(s), devidamente habilitado(s);

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.